



SCIENTIFIC OBSERVATORY MAGAZINE

Vol. 1 N o 1 2023

Karl Marx e a Repulsa à Doutrina: dos Direitos Humanos enquanto produto do Estado

Beckembauer Silva Rodrigues ¹

Resumo

O presente estudo tem a pretensão de analisar o pensamento de um Karl Marx jovem, ao tempo em que publicava os *Anais Franco-Alemão* e *A Questão Judia*. Naquele ano de 1844, Marx entendia que o Direito do homem derivava de sua condição natural e que não poderia ser gerado por um Estado constituído a partir de um ideário liberal egoísta de uma elite dominante, como o era à época em que se formavam os Estados Nacionais. Igualmente, a considerar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão se manifestava como um produto desse mesmo Estado, então, por esse fundamento não haveria que se falar em Direitos Humanos, na medida em que se tratava de uma declaração estampada por valores atinentes a elementos essenciais ao homem, como a liberdade e a vontade do homem, mas, cujo pano de fundo era a proteção do patrimônio. A evidente desigualdade econômica entre os homens distancia-se dos atributos protegidos pela Declaração, a justificar a recusa de Marx em reconhecer a existência de Direitos Humanos em sua visão revolucionária. A análise do tema se dará através de um breve resumo descritivo sobre o cenário onde surge a Declaração, e do cotejo de quatro vetores essenciais ao tema: (i) a repulsa de Marx a toda forma de direito; (ii) as características fundamentais do sistema ideológico marxista; (iii) a ‘visão revolucionária’ acerca dos direitos fundamentais; (iv) a incompatibilidade entre os Direitos Humanos e a ideologia marxista. O desenvolvimento do presente trabalho teve como suporte a pesquisa descritiva e explicativa, quanto aos fins, e bibliográfica, quanto aos meios.

Palavra-Chave: Estados Nacionais. Direitos Humanos. Marxismo. Interesse Econômico.

¹ Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Serra Geral-MG, Especialista em Direito Público pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Arbitragem, Conciliação e Mediação pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Direito Educacional pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Perícia e Auditoria pela Serra Geral-MG, Graduado em Direito pela ESBAM-AM, Graduado em Ciências Contábeis pelo CIESA-AM. E-mail: dr.beckembauer@outlook.com

Abstract

The present study intends to analyze the thought of a young Karl Marx, at the time he published the *Franco-German Annals* and *The Jewish Question*. In that year of 1844, Marx understood that the Right of man derived from his natural condition and that it could not be generated by a State constituted from a liberal selfish ideology of a dominant elite, as it was at the time when the States were formed. Nationals. Likewise, considering that the Declaration of the Rights of Man and of the Citizen manifested itself as a product of that same State, then, for that reason, there would be no need to speak of Human Rights, insofar as it was a declaration stamped by pertinent values to elements essential to man, such as freedom and man's will, but whose background was the protection of heritage. The evident economic inequality between men distances itself from the attributes protected by the Declaration, justifying Marx's refusal to recognize the existence of Human Rights in his revolutionary vision. The analysis of the theme will be carried out through a brief descriptive summary of the scenario in which the Declaration appears, and the comparison of four essential vectors to the theme: (i) Marx's rejection of all forms of law; (ii) the fundamental characteristics of the Marxist ideological system; (iii) the 'revolutionary vision' of fundamental rights; (iv) the incompatibility between Human Rights and Marxist ideology. The development of this work was supported by descriptive and explanatory research, in terms of purposes, and bibliography, in terms of means.

Keyword: National States. Human rights. Marxism. Interest Economic.

1. INTRODUÇÃO

Uma das características marcantes do sistema econômico mundial predominante é a forma como ele se desenvolveu com o passar da história. Pode-se dizer que a principal mola desse sistema é a satisfação de necessidades, que vão desde as mais básicas às mais supérfluas. Partindo-se dessa premissa, as necessidades vêm conduzindo a história e moldando o perfil da humanidade, repleta de singularidades.

A Revolução Francesa foi um marco da transformação política, jurídica e social. Esse fenômeno teve como pano de fundo um quadro de crise econômica, agravado por uma gestão monárquica que exigia cada vez mais tributos de seus súditos, resistente a inovações tecnológicas e desatenta ao bem-estar da população.

Premidos pela necessidade de uma nova forma de organização política, e imantados por ideias ilustradas, a burguesia e a massa de camponeses franceses se insurgem contra o antigo regime, e, sob tal argumento, estabelecem um novo governo. Elegendo valores como a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, delimitam o contexto e as diretrizes a serem seguidas por esse novo regime.

Contudo, à luz do pensamento de Karl Marx, a ‘Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão’, enquanto uma carta de princípios fundamentais, porque não dizer, como esboço de uma declaração de ‘direitos humanos’ não possui a efetividade para a qual foi destinada, eis que não passa de um mecanismo que consolida a prevalência do interesse econômico sobre o público, travestido de carta de direitos fundamentais.

Para Marx, a forma como esses princípios foram estampados como vetores a serem seguidos pela produção normativa desse Estado, oriundo do processo revolucionário, traduzem o interesse da elite dominante em dar proteção à propriedade privada, criando uma igualdade jurídica, porém, destituída de igualdade política; um estado onde o direito do homem é distinto do direito do cidadão.

Dito isso, forçoso mencionar que o Estado, seja ele o soberano, seja ele uma abstração ideológica, incumbe-se de construir normas orientadas por preceitos escolhidos como atributos a serem protegidos. Contudo, numa análise curial, percebe-se que tais preceitos, ainda que assumam caráter positivo, são estatuídos para garantir a manutenção de seus idealizadores nas estruturas de poder existentes. É a justificação do status voltada para a proteção do patrimônio privado.

1 A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e o cenário pré-revolução na França

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é um indicador criado nos anos 1990, pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen (ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998). Esse índice tem por princípio considerar que a finalidade do desenvolvimento é a de ampliar o rol de escolhas (opções) das pessoas, através da criação de um ambiente adequado e capacitante, que lhes permita gozar de vida longa, hígida e criativa: aquilo que se espera do ‘Estado do bem-estar social’.

Por essa razão, não se deve admitir o desenvolvimento de uma população com base apenas no seu desempenho econômico – na medida em que há inegável concentração de renda, a explicar a existência de pessoas em condições de vida miserável - mas, igualmente, por suas singularidades sociais, culturais e políticas, uma

vez que, segundo os economistas em comento, há um elo entre desenvolvimento e amplitude de escolhas².

Para fins de apuração do índice, são considerados os seguintes fatores: **educação** (taxas de alfabetização e escolarização), **longevidade** (expectativa de vida da população) e **renda** (PIB per capita). Tais fatores são essenciais, pois, revelam as condições mínimas de bem-estar de uma população, tendo em vista suas perspectivas, e servem de parâmetros para que o governo conheça suas deficiências, e tente tratá-las de forma continuada. Em essência, o IDH lida com mensuração da satisfação das necessidades humanas, posto que o bem-estar social tem estreita relação com a busca por melhores condições de vida³.

No ano de 1993, a Declaração e Programa de Ação de Viena, recepcionada na 'II Conferência Mundial de Direitos Humanos', ao tratar da violência contra a mulher, deu especial destaque para o **direito ao desenvolvimento**, definindo-o como "um **direito humano universal, inalienável e parte integrante dos direitos humanos fundamentais**, e conclamando que deve ser realizado equitativamente para atender as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futuras"⁴(sem grifos no original). É dizer, retratou o direito ao desenvolvimento como um direito básico, e que tem na satisfação das necessidades básicas o seu nascedouro. Porém, não se chega ao desenvolvimento sem o cotejo dos fatores 'educação-longevidade-renda', como se tem admitido atualmente pelos órgãos multilaterais como a Organização das Nações Unidas.

A ideia fundamental de desenvolvimento (ou direito ao desenvolvimento) foi preconizada em 1690 pelo filósofo britânico John Locke, na sua obra clássica "Segundo Tratado sobre o Governo"⁵. De acordo com o filósofo, um governo deve servir como "instrumento para a defesa dos direitos fundamentais", destacando-se como mais relevante o direito à vida e à segurança física.

Mas, embora os homens ao entrarem na sociedade renunciem à igualdade, à liberdade e ao poder executivo que possuíam no estado de natureza, que é então depositado nas mãos da sociedade, para que o legislativo deles

² SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

³ ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH. Disponível em <<http://www.simmp.org.br/arquivos/TEXT009.pdf>>

⁴ Idem

⁵ LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil** (Coleção 'Clássicos do Pensamento Político'). Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. RJ: Vozes, 1994.

disponha na medida em que o bem da sociedade assim o requeira, cada um age dessa forma apenas com o objetivo de melhor proteger sua liberdade e sua propriedade (pois não se pode supor que nenhuma criatura racional mude suas condições de vida para ficar pior), e não se pode jamais presumir que o poder da sociedade, ou o poder legislativo por ela instituído, se estenda além do bem comum; ele tem a obrigação de garantir a cada um sua propriedade, remediando aqueles três defeitos acima mencionados que tornam o estado de natureza tão inseguro e inquietante. Seja quem for que detenha o poder legislativo, ou o poder supremo, de uma comunidade civil, deve governar através de leis estabelecidas e permanentes, promulgadas e conhecidas do povo, e não por meio de decretos improvisados; por juízes imparciais e íntegros, que irão decidir as controvérsias conforme estas leis; e só deve empregar a força da comunidade, em seu interior, para assegurar a aplicação destas leis, e, no exterior, para prevenir ou reparar as agressões do estrangeiro, pondo a comunidade ao abrigo das usurpações e da invasão. E tudo isso não deve visar outro objetivo senão a paz, a segurança e o bem público do povo⁶.

Para Locke, a função basilar do Estado é a garantir a proteção da vida, da liberdade e do patrimônio de seus cidadãos. Todo Estado que não tenha capacidade de cumprir esta tarefa, dá causa à quebra do contrato social. O consectário básico desse desatendimento é a criação inequívoca de uma massa insatisfeita e apta a adotar um modelo de governança que, pelo menos em discurso, consiga trazer um mínimo de saciedade aos anseios da população⁷.

Todo ato que tem manifestamente por objetivo o bem do povo e o estabelecimento do governo sobre suas verdadeiras bases, é e sempre será uma prerrogativa justa. [...]. Não é a transformação da situação atual, provocada talvez pela corrupção ou pelo declínio, que causa um dano sério ao governo, mas sua tendência para prejudicar ou oprimir o povo, e de isolar uma parte ou uma facção dele, para discriminá-la e sujeitá-la injustamente ao resto. Tudo o que não pode ser reconhecido como vantajoso para a sociedade e para o povo em geral segundo critérios justos e duradouros encontrará sempre em si próprio sua justificativa; (...) ⁸

No entender do filósofo inglês, o governo deve zelar pelo bem-estar da população, e essa sensação só obtida quando as leis são feitas com tal destinação. Mesmo que se fale na existência de normas voltadas para esse fim, a falta de sua aplicação conduz, inevitavelmente, às condições necessárias para uma mudança forçada, porque não dizer, uma revolução.

Existe ainda mais um modo pelo qual um governo desse tipo pode ser dissolvido, ou seja, quando aquele que tem o poder executivo supremo negligencia e abandona o seu cargo, impedindo assim a execução das leis

⁶ Idem. p 159

⁷ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

⁸ LOCKE, Jonh. Op. Cit. p 179

já existentes. Isto equivale, é claro, a reduzir tudo à anarquia, e assim, efetivamente, dissolver o governo. Pois as leis não são feitas para si mesmas, mas para serem executadas dentro dos limites da sociedade, para manter cada parte do organismo político em seu lugar e função determinados, e se isso vem a desaparecer, o governo evidentemente também desaparece, e o povo se torna uma multidão confusa sem ordem ou coesão. Quando não há mais a administração da justiça para assegurar os direitos dos homens, nem qualquer poder remanescente no interior da comunidade para dirigir a força ou prover as necessidades do público, certamente não há mais governo. Quando as leis não podem ser executadas, tudo se passa como se não houvesse leis; e um governo sem leis é, imagino eu, um mistério político inconcebível para as faculdades do homem e incompatível com toda sociedade humana⁹.

E arremata o pensador:

(...) quando o governo é dissolvido, o povo está em liberdade para proteger seus interesses instaurando um novo legislativo, diferente do outro, pela mudança das pessoas ou da forma, ou de ambas, como considerar mais vantajoso e mais de acordo com as exigências da segurança pública. A sociedade jamais pode perder, por culpa de quem quer que seja, o direito inato e original que possui de se preservar, que só pode ser cumprido por um legislativo estabelecido e uma execução equitativa e imparcial das leis feitas por ele. Mas a condição da humanidade não é tão miserável que lhe seja impossível servir-se deste remédio antes que seja tarde demais para procurar outro¹⁰.

Em rápida síntese, as considerações acima levam a duas conclusões: a de que as necessidades humanas devem ser satisfeitas e a de que, qualquer que seja o modelo de governo, suas leis devem ser elaboradas e aplicadas em prol da satisfação dessas necessidades; e acena com uma realidade: a base de todo o governo é o povo!

Transpondo essas considerações preliminares para o objeto deste estudo, tem-se que na França, no final do século XVIII, um quadro socioeconômico vai contribuir para que o discurso liberal de ruptura com o modelo de governança existente tome volume e, com isso, descambe no processo revolucionário conhecido como Revolução Francesa.

Vivenciando uma crise econômica decorrente das despesas havidas com a ‘Guerra dos Sete Anos’ (1756-763) e com o apoio prestado na guerra da independência dos Estados Unidos da América (1786-1791), o governo monárquico francês não encontrou outro meio de equilibrar suas finanças que não através do aumento de impostos, visando ampliar as fontes de arrecadação que mantinham sua

⁹ Idem. p 217

¹⁰ Ib idem. p 217

estrutura. Diga-se, por oportuno, que boa parte dos recursos eram destinados ao custeio das extravagâncias e da vida opulenta dos Bourbon e de seu séquito no palácio de Versailles, num contraste ao padrão de vida de seus súditos, o que não passava despercebido¹¹.

As fontes de recurso advinham da produção agrícola e do comércio burguês, sendo muito mais expressiva a riqueza que vinha do setor produtivo agrícola. Contudo, essa fonte de riquezas padecia sob os auspícios de uma política feudal que impunha à coletividade campesina restrições e desvantagens no aproveitamento de sua produção; é dizer, a exploração dos camponeses pela nobreza tornava a atividade fastidiosa e sem qualquer expectativa de recompensa¹².

Consoante relatado pelo Professor Jorge Grespan¹³, a base do modelo econômico era a agricultura, o que justificava a manutenção do poder pela nobreza, eis que as terras lhes pertenciam. O discurso dos filósofos iluministas ingleses, quanto à redução da intervenção do estado no domínio econômico, para permitir a auto-regulamentação do setor (pretendida pela burguesia como forma de ampliar seus ganhos) era desprezado pelo governo monárquico francês.

A um só tempo, dois seguimentos sociais estavam descontentes: um contingente de camponeses numericamente expressivos vivendo em condições indignas e sob os auspícios de uma política tributária inviável, e um contingente de burgueses qualitativo economicamente e impedidos de ampliar seus lucros, em virtude do direcionamento adotado pelo governo monárquico quanto ao setor produtivo; ambos, dispostos a mudar as regras do jogo, em busca de situação que lhes fosse mais vantajosa e que lhes permitisse um mudar para um padrão de vida mais digno.

Naquela época, de um número aproximado de 26 milhões de habitantes, cerca de 20 milhões viviam no campo em condições de vida precárias, e, ainda em regime de servidão. Não raro, um burguês que pretendesse transportar sua mercadoria através do país, via-se obrigado a pagar 'tarifas alfandegárias' pelo uso da passagem nas terras dos nobres¹⁴.

¹¹ HOBBSAWN, Eric J. **A Revolução Francesa**. 1ª ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1996.

¹² DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço**. Tradução de Sílvia de Souza Costa e outros. São Paulo: Record, 2001.

¹³ GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo. Editora Contexto. 2008

¹⁴ HOBBSAWN, Eric J. **A Revolução Francesa**. 1ª ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1996.

Não bastasse isso, registros históricos apontam a ocorrência de secas e inundações nos anos de 1784 e 1785 na França, incrementando ao cenário uma escassez de alimentos, a subida de preços e propagação da pobreza. A crise econômica se tornava mais grave, até mesmo para a burguesia da época, conquanto o uso de novas técnicas de industrialização rudimentares era proibido, onerando os custos de produção¹⁵.

Paralelo a esse quadro, surge o tratado Franco-Inglês pelo qual a França exportaria vinho para a Inglaterra e esta, pano para a França, numa clara referência à vocação agrícola francesa e à recém-industrializada Inglaterra. O resultado dessa manobra inviabilizou a atividade das manufaturas francesas, o que agravou ainda mais a crise¹⁶.

O que pode se afirmar é que, com altos impostos, escassez de recursos, e produtos com preços elevados, sem perspectiva de políticas voltadas para atenuar esse quadro, não tardou para as classes mais afetadas se insurgirem contra a estagnação e inflexibilidade da monarquia francesa.

Com o advento da convocação dos Estados Gerais, o Clero (primeiro estado), a Nobreza (o segundo estado) e burgueses e camponeses (o terceiro estado), não chegaram ao consenso quanto a não regulamentação do mercado, bem como, a adoção de medidas que facilitassem a expansão dos mercados para a classe burguesa. Ato contínuo, e premida por ideias ilustradas, a burguesia incita a massa de camponeses e miseráveis a se insurgir contra o Antigo Regime, representado pela monarquia absolutista de direito divino¹⁷.

A revolução é instaurada e as massas se avolumam à medida em que o discurso liberal da proteção à vida, da liberdade e do patrimônio vai seduzindo os pobres e oprimidos com a promessa do novo, da desconstituição do regime monárquico em troca de um regime onde não existem mais rei ou súditos; o que passa a existir na sociedade francesa são cidadãos, esperançosos com um futuro de expectativas e satisfação de suas necessidades, garantidas pela nova diretriz política que torna os homens iguais juridicamente, e lhes assegura a paz e a proteção do patrimônio.

¹⁵ SUPERINTERESSANTE: **Uma breve história das civilizações**. Edição 266-A. São Paulo: Editora Abril, jun.2009

¹⁶ HOBBSAWN, Eric J. Op. cit.

¹⁷ ALTAVILA, Jayme de. **A origem dos direitos dos povos**. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Em essência, o discurso revolucionário da criação do Estado Moderno é revestido por interesses econômicos, conquanto os fatos históricos demonstrem à exaustão, que a crise econômica pela qual passava a França desencadeou a necessidade de revisão dos objetivos da própria forma de governo. De um lado, os camponeses levados à condição de miséria e sem expectativas de bem-estar, do outro, burgueses pretendendo aperfeiçoar seus meios de produção e ampliar seu mercado, ambos, por culpa da política adotada pela monarquia. Independentemente das motivações do grupo revolucionário, ambos estavam ciosos pela perspectiva de um cenário político que lhes trouxesse segurança e dignidade¹⁸.

Se o Estado Moderno Francês foi criado sob a égide dos princípios da proteção da vida, da liberdade e da propriedade privada, assiste razão ao Professor Massini Correias, ao dizer que as normas positivadas por um estado formado por esses vetores servem de instrumento para a satisfação de interesses econômicos de poucos homens. Por isso, quando da publicação da 'Questão Judaica', Karl Marx manifestou repulsa ao documento pós-revolução francesa, intitulado Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

2. A repulsa de Marx a 'toda forma de Direito'.

No século XIX, o jovem Karl Marx enxergava o direito como um meio de manutenção da ordem posta, de legitimação da repressão ao proletariado pela democracia burguesa. Contudo, tinha em mente que o direito deve servir a uma finalidade transformadora, para eliminar a desigualdade existente entre as elites dominantes burguesas e o proletariado, na medida em que é através do direito que surgem os instrumentos para tanto; não o direito posto pelo Estado constituído pelas elites em prol da satisfação de seus interesses econômicos e da proteção da propriedade privada.

Ainda que se admita, sociologicamente, que o Direito posto pelo Estado não é um produto criado por uma elite econômica, e sim, um processo dialético de conflito de interesses entre as classes sociais (luta de classes, segundo Marx), o supedâneo da repulsa à forma como o Estado faz uso do Direito como meio de coerção, dá-se no momento em que se vê refletida a vontade da classe econômica dominante¹⁹.

¹⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise** - Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Ed. UERJ – Contraponto: Rio de Janeiro, 2007

¹⁹ BOTTOMORE, Tom (Org). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1983.

Para Karl Marx, o poder econômico exercia um gerenciamento expressivo sobre o Direito (o Direito como instrumento da economia), e se projetava sobre a cultura, a história e às relações sociais. Tal percepção encontra força, conquanto se observe que o nascedouro dos Estados Nacionais Modernos (a Revolução Francesa), foi articulado por representantes ilustrados, financiado por burgueses, e levado a efeito por camponeses, para romper com o 'Antigo Regime', e, desse modo, viabilizar meios de crescimento econômico, travestido com o discurso da ruptura para uma vida mais segura e digna²⁰.

O surgimento do Estado Monista acontece em virtude do colapso do 'Estado Antigo', dado sua incapacidade de se adequar às transformações econômicas e políticas decorrentes das demandas sociais, que exigem a satisfação de necessidades derivadas da 'globalização' do capital e de sua ação invasiva no meio social e político²¹. Vale ressaltar, por amor ao discurso, que a extinção de um modelo estatal não se dá, em regra, pela extinção do poder vigente, mas, a partir do modelo vigente, por surgir de dentro dele, uma nova forma de organização. E os processos para esse surgimento, podem se manifestar de várias formas²².

Tendo em vista que o direito é um produto da vida humana organizada, reflexo da expressão das relações sociais emanada pelas necessidades, é de se notar que, em cada período histórico da civilização ocidental haverá um tipo de ordem jurídica dominante. O direito da sociedade moderna passa a ser influenciado pela sociedade burguesa, pela economia capitalista, pela proliferação da ideologia liberal-individualista e pela instituição do Estado Soberano, configurando a burocracia²³.

De se perceber que esses elementos (sociedade, modelo econômico, ideologia e ordem social) se harmonizaram na constituição de um paradigma jurídico, que tem como marca os princípios do monismo (univocidade), estatalidade, racionalidade formal, certeza e segurança jurídica. A formação do monismo estatal se dá na medida em que o feudalismo se esgota e abre espaço para a elaboração do capitalismo durante o final da idade média. Esse fato se alastrou por quase toda Europa nos séculos XVI e XVII. Por isso, o capital passa a ser o principal instrumento

²⁰ SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. 3ª. Ed. São Paulo, DIFEL, 1979.

²¹ KOSELLECK, Reinhart. Op.cit.

²² MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

²³ ALTAVILA, Jayme de. Op.cit.

de produção material, consolidando-se em um novo modelo de desenvolvimento econômico e social²⁴.

Nesse quadro, necessário construir um modelo de juridicidade que se tornasse hegemônico. A considerar que o surgimento do capitalismo permitiu a criação de uma nova classe social que monopolizou os meios de produção, foram esses novos atores (a chamada sociedade burguesa), que estruturaram seus direitos com participação nos meios de controle das novas formas de organização do poder.

Dado o processo de racionalização no pensamento da época, vê-se um ambiente no qual a modernidade capitalista e burguesa é motivada por uma cultura liberal individualista. Essa expressão filosófica é chamada de 'Liberalismo', e advém com os meios materiais emergentes, o desenvolvimento do comércio, e o favorecimento da classe média individualista²⁵.

A propagação do pensamento 'liberal' exprime uma ética individualista, e tem na liberdade total sua causa fundamental. No seu surgimento, o discurso jurídico do liberalismo era base revolucionária utilizada pela burguesia capitalista contra o antigo Regime Absolutista. Associado ao liberalismo está o individualismo, cuja característica preponderante repousa no discurso de ser o homem o centro das decisões econômicas, políticas e racionais.

Identificadas as razões para o surgimento de uma sociedade moderna, derivada do novo modelo econômico, e inspirada por ideais liberais e individualistas, tem-se que a estrutura política do Estado irá reproduzir e garantir a prevalência desses interesses. Para tanto, o Estado passa a se revestir de uma organização moderna de poder, onde somente ele possui a força soberana, e onde a burocracia passa a ser por ele centralizada.

De plano, percebe-se uma 'conformação' entre a racionalização do poder estatal e a positivação formal da ordem jurídica - a doutrina do 'monismo'. Partindo-se dessa concepção, o Estado Moderno tem o monopólio da produção das normas jurídicas, passando a produzir legalidade e regulando as relações sociais, segundo as diretrizes dos atores responsáveis por sua criação. Do ponto de vista histórico, o princípio da estabilidade do Direito (segurança jurídica) surge simultaneamente com

²⁴ SOBOUL, Albert. Op.cit.

²⁵ DUBY, Georges. **A História da Vida Privada: da Europa Medieval à Renascença**. Tradução Maria Luísa Trigueiros Machado. 10ª Ed. Rio de Janeiro. Cia da Letras. 1999.

o discurso político da soberania e da proteção ao patrimônio privado, sendo esta condição essencial ao Estado.

O panorama a ser descrito revela o Direito moderno como produto de uma dada classe social e econômica, e tem como base, a associação histórica entre a legalidade que emana do Estado e a centralização da burocracia. Deriva daí, a estruturação do Estado moderno em três funções: Legislar, Administrar e fazer cumprir a Lei. Essa estruturação se dá através de leis gerais e abstratas, organizadas sistematicamente em seu Direito Positivo.

Isso tudo, assomado ao discurso de que o Estado tratará com linearidade e igualdade todos os desiguais, no limite de suas desigualdades, atribuindo equivalência jurídica aos economicamente equidistantes; é dizer, procurará assegurar direitos que, aparentemente tratam com isonomia os desiguais.

O que se percebe é que, com o passar do tempo, e com a evidente proliferação de políticas voltadas à proteção do patrimônio, à autorregulação dos mercados, com recuo da atuação estatal para atividades administrativas, o discurso da 'linearidade' cai por terra, conquanto se veja, no espectro das desigualdades, que existem nichos de desigualdades tão singulares que ficam alheios à atuação estatal. No entender de Marx *"as forças econômicas numa sociedade eram as principais responsáveis pelas modificações em todos os outros setores e, conseqüentemente, pelos rumos do curso da história"*²⁶.

De se admitir, numa primeira leitura, que o Direito surge como produto da vontade do poder econômico. Mas, e as dinâmicas sociais? Não seriam elas as verdadeiras motivadoras da necessidade do Estado regular as relações sociais? Historicamente, observa-se uma série de movimentos revolucionários responsáveis pela mudança na forma de atuação do Estado; seu pano de fundo sempre foram as diferenças extremadas entre aqueles que detêm o poder e aqueles que vivem sob seu julgo. Segundo Marx, a motivação da mudança encerra em si o prestígio da proteção ao patrimônio, sendo o Direito sua causa determinante²⁷.

De se admitir, ainda, por oportuno, que a estabilidade social depende da estabilidade econômica, o que justifica a imposição de normas visando atender a tal fim. Nesse ponto, Marx refuta o Direito posto, pois, segundo o filósofo, o Direito deveria

²⁶ GAARDNER, Jostein. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia**. 37ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 419.

²⁷ MARX, Karl. **A Questão Judaica**. Tradução Artur Mourão. Disponível em www.lusosofia.net. p 29.

surgir da sociedade em prol da sociedade, e segundo seus interesses comuns, e não segundo interesses econômicos de uma pequena parcela de detentores desse poder.

3. As características fundamentais do sistema ideológico marxista

A organização do Estado, qualquer que seja sua ideologia, busca a preservação da ordem, levando em conta a satisfação das necessidades de seus atores. Tomando por base a teoria da 'hierarquia das necessidades humanas' do psicólogo norte-americano Abraham Maslow²⁸, essas as necessidades podem ser assim estratificadas: Fisiológicas (alimentação, respiração, reprodução etc.); Segurança (pessoal, patrimonial, saúde), Associação (amizade, intimidade, convivência social); Estima (ser respeitado, respeitar); e Autorrealização (moralidade, espontaneidade, criatividade)²⁹.

As necessidades humanas, assim como as carências que gravitam em torno do indivíduo e a coletividade, integram um processo de subjetivações (estilo de vida, desejos e valores), o qual fica evidente à medida que esses anseios se demonstram distantes, porque não dizer quase impossíveis de serem obtidos. Dada sua aparente infinitude, essas necessidades sofrem constante mutação. Essa transformação pelas quais os atributos objetos das necessidades humanas passam, constitui-se como a causa de novas motivações e interesses, que associadas às situações históricas, fazem surgir novas necessidades³⁰.

Nesse contexto, a acepção do termo "necessidades humanas fundamentais", leva à falsa de ideia de uma visão meramente economicista, ou seja, de que as necessidades essenciais são vistas como conseqüências do sistema de produção. Contudo, em que pese a ideia desse termo estar ligada às condições de qualidade de vida, bem-estar e 'materialidade social de vida', os atributos culturais, políticos, filosóficos, religiosos e biológicos não se afastam do raio de alcance das necessidades humanas.

²⁸ Abraham Harold Maslow nasceu no Brooklin, Nova Iorque em 01.04.1935. Lecionou na Universidade de Columbia e do Brooklin. Após vários anos de estudos e pesquisas com macacos, interessou-se pela motivação humana. Iniciou a produção de diversos artigos sobre este tema que culminaram com a sua mais conhecida obra: a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas.

²⁹ CARDIERI, Tarcisio. **Como nossa sociedade realmente funciona?** 1ª Ed. São Paulo, Ed. Pensamento-Cultrix Ltda. 2007, pp. 145-154.

³⁰ PALÁCIO, Germán. Pluralismo jurídico, neoamericanismo y postfordismo: *notas para decifrar la naturaleza de los cambios jurídicos de fines de siglo*. **Crítica Jurídica**, Curitiba, nº 17, pp. 173-174.

Um apanhado histórico revela que essas necessidades sempre estiveram embutidas nos discursos revolucionários, porquanto as mesmas só são alcançadas em sua plenitude se o Estado tratar essas necessidades como consectários dos valores que protege em sua carta política. É dizer, O Estado deve transparecer que buscará na reserva do possível, dar atendimento a todos os seus cidadãos na persecução desse objetivo, criando mecanismos jurídicos efetivos de proteção e de acesso a esses direitos.

Enquanto conjunto das ideias filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas por Marx e Engels, o Marxismo interpreta a vida social de acordo com a dinâmica da luta de classes, e defende que as leis do desenvolvimento histórico do sistema produtivo de uma sociedade é a causa de sua transformação (materialismo dialético). A dialética é o processo de observação da realidade histórica definido por Hegel, consistente na aplicação do trinômio tese-antítese-síntese.

Das observações de Marx, uma de suas conclusões consiste no fato de que a vida social é um reflexo da dinâmica da luta de classes. Segundo o pensador, o desenvolvimento social tem origem nas relações de produção (relações sociais com pano de fundo econômico, ainda que disfarçadas sob algum manto ideológico), ou condições de existência material, e não no pensamento ou na consciência humana (representações humanas como ciência, arte, filosofia, direito, moral, ou, a ‘superestrutura ideológica’)³¹.

Pode-se afirmar que as relações sociais derivam da constante busca pela satisfação das necessidades, em seus vários níveis (como, por exemplo, a segurança). A despeito de não haver uniformidade nas necessidades individuais - dada a má-distribuição dos recursos disponíveis, e sua concentração nas mãos de poucos, justificada por discursos religiosos, políticos, jurídicos e econômicos – o que se vê é uma tensão onde aqueles que pouco tem, almejam obter mais, e aqueles que muito têm não querem abrir mão do que possuem, decorrendo daí, o desenvolvimento histórico do sistema produtivo³².

Em síntese, a mudança no sistema produtivo provocada pela transformação material das condições econômicas de produção dá causa às revoluções jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas. Estas, por sua vez,

³¹ PINTO, Marcio Morena. “**A Questão Judaica**” e a crítica de Marx à ideologia dos direitos do homem e do cidadão. Disponível em <http://www.controversia.unisinos.br/index.php?a=58&e=4&s=9>.

³² HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Península, 1985.

são as formas ideológicas utilizadas pelos homens não apenas para lhes dar ciência dos conflitos, mas, para explicá-los, melhor dizer, justificá-los.

Contudo, em determinado momento, e parece ser inevitável, verifica-se uma contradição entre as forças materiais de produção da sociedade as relações de produção existentes; Ou seja, as relações de propriedade passam a constituir entraves para as forças produtivas, o que não tarda para descambar num processo revolucionário.³³

4. A ‘visão revolucionária’ acerca dos direitos fundamentais

Para o Professor Horatio Rosatti³⁴, a origem do Estado pode ser compreendida a partir de quatro vetores filosóficos: o **naturalismo**, pelo qual a formação do estado é uma consequência inevitável da natureza gregária do homem; o **contratualismo**, cujo mote vê a formação do Estado como um produto de uma decisão racional dos homens, objetivando a resolução dos conflitos e problemas decorrentes das relações humanas; como **instrumento de repressão social**, no qual o estado é visto como instrumento a serviço da classe dominante, para manutenção de seu *status*, em detrimento da exploração da força da classe oprimida; e, por fim, como **comunidade** ou **sociedade**, onde a primeira surge motivada pela razão e, a segunda, motivada por valores eleitos como preceitos a serem protegidos.

A partir do século XVII e XVIII, um fenômeno histórico chamado ‘Monismo Estatal’ começa a brotar na moderna cultura europeia. Este se caracteriza como a visão de uma sociedade moderna centrada no interesse do estado privado e na ética da racionalidade liberal-individualista, donde o súdito passa à condição de cidadão, recebendo, virtualmente, um tratamento isonômico, ou linear, ao lado de outros, independentemente de sua condição social ou econômica.

O advento precursor da formação os Estados Nacionais Modernos foi a ‘Revolução Francesa’. Seu acontecimento marca o início de uma nova forma de governar, que em poucas décadas formata um padrão em boa parte do mundo, especialmente nos países ocidentais. A principal característica desse novo ‘Estado’ é a eleição de valores absolutos, a nortear toda e qualquer ação política do novo

³³ BOTTOMORE, Tom. Op.cit.

³⁴ ROSATTI, Horacio. **El origen del Estado**. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni Editores, 2002.

governo francês. E isto se dá através da publicação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DE 1789³⁵

Os representantes do povo francês, constituídos em ASSEMBLEIA NACIONAL, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos Governos, resolveram expor em declaração solene os Direitos naturais, inalienáveis e sagrados do Homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres; a fim de que os actos do Poder legislativo e do Poder executivo, a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reclamações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Por consequência, a ASSEMBLEIA NACIONAL reconhece e declara, na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão:

Artigo 1º- Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.

Artigo 2º- O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses Direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. (...)

Nesta seara esboçam-se positivamente os direitos fundamentais, através da 'Declaração', onde se traça de forma clara as diretrizes a serem perseguidas como valores absolutos da nova organização estatal: Liberdade, Igualdade, Propriedade e Segurança. Contudo, para Marx, os direitos do homem e do cidadão são definidos como os "direitos políticos", e por tal fundamento, seu exercício se dá somente em associação com outros homens. Dessa observação, Marx distingue os direitos do homem (direito à participação política) dos direitos do cidadão (direitos dos membros da sociedade civil-burguesa, do 'homem egoísta' dissociado da comunidade)³⁶.

Artigo 4º- A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela Lei.

³⁵ DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DE 1789. Disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>

³⁶ PINTO, Marcio Morena.Op.cit.

Para Marx, os direitos fundamentais preconizados pela ‘Declaração’, nada mais eram do que a representação da defesa dos interesses da classe burguesa e da manutenção de seu status econômico. A ‘liberdade’ significava o poder de o homem fazer o que bem entender desde que seus atos não violassem direitos alheios, ou seja, era um direito que, para ser exercido, implicava um comando de ‘não prejudicar’, e mais, conduzia ao entendimento de que a liberdade estava vinculada à ideia de propriedade privada, na medida em que, por esse comando, o homem poderia dela usufruir livremente por ser fruto do seu trabalho, sem que, com isso, atentasse contra a liberdade alheia; e quem detinha a propriedade tratada na ‘Declaração’? Os que detinham algum poder econômico: a classe burguesa economicamente dominante.

Artigo 17º- Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir evidentemente e sob condição de justa e prévia indenização.

Nesse contexto, a ‘igualdade’ teria a conotação de impedimento ao livre-arbítrio do homem a fim de que, e com foco no preceito da liberdade (propriedade) não atentasse contra a propriedade alheia. Por esse aspecto, é possível concluir que a definição de liberdade absorve a igualdade, no âmbito civil, mas não absorve seu contexto político, pois a igualdade de que trata a declaração está circunscrita à proteção a ser dada por Lei³⁷. Contudo, no âmbito da Constituição de 1793, Marx assim se posiciona ao interpretar a redação do artigo 16³⁸:

A aplicação prática do direito humano de liberdade é o direito da propriedade privada. Em que consiste o direito da propriedade privada?

Artigo 16 (Constituição de 1793): «O direito da propriedade é o que pertence a cada cidadão de desfrutar e de dispor como quiser dos seus bens e rendimentos, dos frutos do próprio trabalho e diligência.»

O direito humano da propriedade privada é, portanto, o direito de fruir da própria fortuna e de dela dispor como se quiser, sem atenção aos outros homens, independentemente da sociedade. É o direito do interesse pessoal. Esta liberdade individual e a respectiva aplicação formam a base da sociedade civil. Leva cada homem a ver nos outros homens, não a realização, mas a limitação da sua própria liberdade. Afirma acima de tudo o direito de «desfrutar e dispor como se quiser dos seus bens e rendimentos, dos frutos do próprio trabalho e diligência».

³⁷ PINTO, Marcio Morena. Op. cit.

³⁸ MARX, Karl. Op. cit. p. 24

De acordo com este raciocínio, sendo a liberdade voltada para o exercício de direitos patrimoniais, e a igualdade como atributo legal limitador da afetação do patrimônio por ato de outro, a segurança seria a representação do poder polícia, pelo qual, o Estado garante aos seus cidadãos a proteção da pessoa, de seus direitos e da propriedade privada, numa relação de interdependência em função do patrimônio particular.

Assim, nenhum dos supostos direitos do homem vai além do homem egoísta, do homem enquanto membro da sociedade civil; quer dizer, enquanto indivíduo separado da comunidade, confinado a si próprio, ao seu interesse privado e ao seu capricho pessoal.

O homem está longe de, nos direitos do homem, ser considerado como um ser genérico; pelo contrário, a própria vida genérica – a sociedade – surge como sistema externo ao indivíduo, como limitação da sua independência original. O único laço que os une é a

necessidade natural, a carência e o interesse privado, a preservação da sua propriedade e das suas pessoas egoístas.³⁹

Daí, porque, o pensamento de Karl Marx, quanto a elevação dos Direitos Fundamentais a preceitos normativos, na forma disposta pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, nada mais foi do que um mecanismo desenvolvido pelos arquitetos da Revolução Francesa (em especial, a elite economicamente dominante), para garantir a igualdade jurídica, sem descuidar da liberdade para o exercício dos direitos patrimoniais, e da segurança a esses bens juridicamente tutelados.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política.⁴⁰

A considerar a que emancipação política da sociedade francesa dissociou as forças sociais da força política, e não conseguiu suprir as desigualdades econômicas entre os homens, a exploração do trabalho e a concentração de recursos nas mãos de poucos, não se pode falar em na efetivação de direitos fundamentais, como os preconizados na Declaração em análise, se os mesmos são voltados para o

³⁹ MARX, Karl. Op.cit. p. 26

⁴⁰ MARX, Karl. Op.cit. p.30

fim específico da proteção à propriedade privada. Nesse particular, resta reconhecer que os homens não são iguais, pois nem todos tem acesso aos bens da vida.

Considerações Finais

Uma das características marcantes do sistema econômico mundial predominante é a forma como ele se desenvolveu com o passar da história. Pode-se dizer que a principal mola desse sistema é a satisfação de necessidades, que vão desde as mais básicas às mais supérfluas. Partindo-se dessa premissa, as necessidades vêm conduzindo a história e moldando o perfil da humanidade, repleta de singularidades.

Originando-se num primitivo sistema de trocas, passando pela valoração de bens em função de sua escassez, convertendo-se na aquisição de terras (não raro, tomadas à força numa infinidade de conflitos), associando-se ao poder divino para imprimir a autoridade, vê-se que, a cada momento, o pano de fundo dessas mudanças é a busca pelos bens da vida, abundantes ou exclusivos, e insuficientes para saciar a sede por riquezas.

O funcionamento desse mecanismo acaba por sobrepor alguns homens a outros, e os motiva na busca pela perenidade de seu *status*. Cuidadosamente, justificam sua posição em virtude de atributos materiais ou imateriais, e, quando isso se mostra ineficaz, fazem-no pelo emprego puro da força. As normas são criadas para atender essa finalidade, e se replicam ao longo do tempo com idêntica finalidade.

Contudo, em um determinado momento, uma nova realidade surge e se contrapõe ao mundo construído com base na crença de que os soberanos são enviados de Deus na terra. Essa massa crítica passa a contemplar a possibilidade de crescimento econômico independentemente da vontade do soberano. O movimento ganha corpo e acaba sobrepujando a antiga realidade, e, mais uma vez, o mecanismo é impulsionado ao mesmo movimento, porém, em novo contexto.

Dito isso, forçoso dizer que o Estado, seja ele o soberano, seja ele uma abstração ideológica, incumbe-se de construir normas orientadas por preceitos escolhidos como atributos a serem protegidos. Contudo, numa análise curial, percebe-se que tais preceitos, ainda que assumam caráter positivo, são estatuídos para garantir a manutenção de seus idealizadores nas estruturas de poder existentes. É a justificação do status voltada para a proteção do

Os registros históricos, e as impressões de diversos pensadores, permitem uma leitura na qual se depreende que após o fim de uma determinada organização, outra lhe sucede, com o escopo singular de buscar, sempre, a satisfação das necessidades, independente do discurso filosófico ou doutrinário que fundamente as organizações sociais mais elaboradas, como acontece com o Estado.

Num segundo momento, o aperfeiçoamento das relações sociais no mundo ocidental levou ao surgimento dos Estados Nacionais. O primado dessa forma de organização é a centralização do poder (manifestado pela criação e fortalecimento de funções essenciais à atividade estatal), cujo discurso político se traduz no tratamento linear - ou isonômico - de todos os integrantes do Estado, que saem da condição de súditos - ou vassalos - e passam à condição de cidadãos.

No presente trabalho, abordou-se a repulsa de Karl Marx aos Direitos Fundamentais estabelecidos na 'Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão'. A rejeição do filósofo assenta-se no fato de que as causas do movimento revolucionário francês foi o descontentamento da elite burguesa ante os impedimentos criados pelo governo monárquico para a expansão dos mercados, e que, aliado ao descontentamento da massa de camponeses explorados, insurgiu-se contra o 'antigo regime'.

Na sucessão do fim do governo monárquico, o novo governo tratou por identificar valores que iriam nortear a política do novo regime. Esses valores, segundo Marx, preconizavam no fundo, a liberdade patrimonial e a proteção do patrimônio privado, dissociando a igualdade jurídica do homem da sua igualdade política. Tanto por isso, a igualdade estampada na declaração inexistia, posto que não se trata de uma igualdade natural, de um direito posto em prol da sociedade, e sim, de uma igualdade ficta, desprezada pelos interesses econômicos que norteariam as relações sociais.

Bibliografia.

ALTAVILA, Jayme de. **A origem dos direitos dos povos**. São Paulo: Edições Melhoramentos.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BOTTOMORE, Tom (Org). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1983.

CARDIERI, Tarcisio. **Como nossa sociedade realmente funciona?** 1ª Ed. São Paulo, Ed. Pensamento-Cultrix Ltda. 2007, pp. 145-154.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço**. Tradução de Silvia de Souza Costa e outros. São Paulo: Record, 2001.

DUBY, Georges. **A História da Vida Privada: da Europa Medieval à Renascença**. Tradução Maria Luisa Trigueiros Machado. 10ª Ed. Rio de Janeiro. Cia da Letras. 1999.

GAARDNER, Jostein. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia**. 37ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 419.

GRESPLAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo. Editora Contexto. 2008. PP. 59-68.

HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Península, 1985.

HOBBSBORN, Eric J. **A Revolução Francesa**. 1ª ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise - Uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Ed. UERJ – Contraponto: Rio de Janeiro, 2007.

LLOYD, Dennis. **A Idéia de Lei**. 2. Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil** (Coleção 'Clássicos do Pensamento Político'). Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. RJ: Vozes, 1994.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. Tradução Artur Mourão. Disponível em <www.lusosofia.net>.

MASSINI CORREAS, Carlos I. **Los Derechos Humanos en el Pensamiento Actual**. 2 ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1994.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

PALÁCIO, Germán. Pluralismo jurídico, neoamericanismo y postfordismo: notas para decifrar la naturaleza de los cambios jurídicos de fines de siglo. **Crítica Jurídica**, Curitiba, nº 17, p. 173-174.

PINTO, Marcio Morena. **“A Questão Judaica” e a crítica de Marx à ideologia dos direitos do homem e do cidadão.** Disponível em <<http://www.controversia.unisinos.br/index.php?a=58&e=4&s=9>> acesso em 01.06.2010.

ROSATTI, Horacio. **El origen del estado.** Santa Fe: AR Rubinzal-Culzoni Editores, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa.** 3ª. Ed. São Paulo, DIFEL, 1979.

TOFFLER, Alvin. **Powershift: as mudanças do poder.** Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1990.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em <<http://www.simmp.org.br/arquivos/TEXTO09.pdf>> acesso em 25.06.2010.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DE 1789. Disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf> acesso em 26.06.2010.

SUPERINTERESSANTE: **Uma breve história das civilizações.** Edição 266-A. São Paulo: Editora Abril, jun.2009.